

A (não) efetividade das ciências jurídicas no Brasil 5

Adaylson Wagner S. de Vasconcelos
(Organizador)



A (não) efetividade das ciências jurídicas no Brasil 5

Adaylson Wagner S. de Vasconcelos
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sulivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A (não)efetividade das ciências jurídicas no Brasil 5

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N194 A (não)efetividade das ciências jurídicas no Brasil 5 /
Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-222-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.224210507>

1. Direito. 2. Ciências jurídicas. I. Vasconcelos,
Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.
CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou permite a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Em **A (NÃO) EFETIVIDADE DAS CIÊNCIAS JURÍDICAS NO BRASIL 5**, coletânea de dezoito capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, no presente volume, quatro grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam COVID-19 e seus reflexos; estudos em direito do trabalho; estudos em direito do consumidor; e estudos das administrações (executivo, legislativo e judiciário).

COVID-19 e seus reflexos traz análises que atingem diferentes áreas durante esse período atípico, como a judicialização da política, as políticas públicas, o direito de imagem, as doenças ocupacionais, o direito das famílias, a publicidade e o agronegócio, além do movimento antivacina.

Em estudos em direito do trabalho são verificadas contribuições que versam sobre sindicatos e CLT pós-2017, além de terceirização e precarização do trabalho.

Estudos em direito do consumidor aborda questões como responsabilidade civil por dívida já solvida e o art. 73 do CDC

No quarto momento, estudos das administrações (executivo, legislativo e judiciário), temos leituras sobre sistema presidencialista, direito e política, discricionariedade administrativa, princípio da impessoalidade, poder normativo e eficiência dos tribunais.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PARTIDOS POLÍTICOS NO STF EM TEMPOS DE PANDEMIA: JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS

Rubens Beçak

Rafaella Marineli Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2242105071>

CAPÍTULO 2..... 17

A CRISE DO CORONAVÍRUS E A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCENTIVO A DESCONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA

Rogério Monte Santo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2242105072>

CAPÍTULO 3..... 31

O DIREITO DE IMAGEM DOS PROFESSORES EM TEMPOS DE PANDEMIA

Lara Rezende Dozono Pereira

Júlio Dias Taliberti

Frederico Thales de Araújo Martos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2242105073>

CAPÍTULO 4..... 39

ANÁLISE DA COVID-19 COMO DOENÇA OCUPACIONAL: MP 927/2020 E A DECISÃO DO STF

Giovanna Assis Georgini

Karyn Adame Rinaldi

Rodrigo Borges Nicolau

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2242105074>

CAPÍTULO 5..... 48

UMA RELEITURA DO INSTITUTO DO DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAL NA CONTEMPORANEIDADE: AVANÇOS LEGISLATIVOS E ELETRÔNICOS EM TEMPOS PANDÊMICOS

Jackelline Fraga Pessanha

Marcelo Sant'Anna Vieira Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2242105075>

CAPÍTULO 6..... 58

PUBLICIDADE INFANTIL, SUPERENDIVIDAMENTO E PANDEMIA

Andréia Lourenço de Ornel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2242105076>

CAPÍTULO 7..... 73

AGRONEGÓCIO PÓS-PANDEMIA: UTILIZAÇÃO DA *BLOCKCHAIN* COMO MECANISMO

DE EFETIVAÇÃO DA SEGURANÇA DO ALIMENTO

Rhaissa Souza Proto

Arthur Pinheiro Basan

Maria Fernanda Telles Algeri

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2242105077>

CAPÍTULO 8..... 86

ANÁLISE DO MOVIMENTO ANTIVACINA CONTEMPORÂNEO À LUZ DA OBRA CRÍTON DE PLATÃO

Maria Eduarda Camargo Pereira

Helen Correa Solis Neves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2242105078>

CAPÍTULO 9..... 103

APÓS A REFORMA DA CLT DE 2017, QUAL SERÁ O PAPEL DOS SINDICATOS E DA CLT NO BRASIL?

Ricardo Tannenbaum Nuñez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2242105079>

CAPÍTULO 10..... 115

INTERESSE PÚBLICO, GESTÃO PRIVADA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA TERCEIRIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA ENQUANTO FENÔMENO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Agnaldo de Sousa Barbosa

Beatriz Yumi Picone Takahashi

Leonardo de Oliveira Baroni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.22421050710>

CAPÍTULO 11 124

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DÍVIDA JÁ SOLVIDA, SOB A ÉGIDE DA SUMULA Nº 159 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A SUA APLICAÇÃO NAS RELAÇÕES CÍVEIS, CONSUMERISTAS E LABORAIS

Viviane Cristina Martiniuk

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.22421050711>

CAPÍTULO 12..... 142

UMA ANÁLISE DO ARTIGO 73 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR À LUZ DA TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA

Ana Cristina Alves de Paula

Maiara Motta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.22421050712>

CAPÍTULO 13..... 157

AS OLIGARQUIAS E O SISTEMA PRESIDENCIALISTA DE PODER CENTRAL: CAUSAS DA INSTABILIDADE DO REGIME POLÍTICO BRASILEIRO PÓS-REPÚBLICA

Pedro Henrique Fidélis Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.22421050713>

CAPÍTULO 14.....	173
A RELAÇÃO ENTRE DIREITO E POLÍTICA: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA REGIÃO METROPOLITANA E SUA GOVERNANÇA	
Walber Palheta de Mattos	
Bruno Soeiro Vieira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.22421050714	
CAPÍTULO 15.....	188
DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA: O CONFLITO DE INTERESSES E A FALSA CONCEPÇÃO DA SUPREMACIA A PRIORI DO INTERESSE PÚBLICO	
Sérgio Augusto Veloso Brasil	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.22421050715	
CAPÍTULO 16.....	203
PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE E RELIGIÃO: NECESSIDADE EM DELIMITAR A ATUAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO OU MERA PERFUMARIA?	
Isabelle de Souza Bordalo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.22421050716	
CAPÍTULO 17.....	220
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O PODER NORMATIVO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS NO CASO ANVISA	
Guilherme Saraiva Grava	
Ana Beatriz Guimarães Passos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.022421050717	
CAPÍTULO 18.....	239
TRIBUNAIS DE MÉDIO PORTE E TAMANHO DA JUSTIÇA – EFICIÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA ESTADUAIS, TRABALHISTAS E ELEITORAIS	
Rafaela Witt Bendlin	
Cleonice Witt	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.22421050718	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	246
ÍNDICE REMISSIVO.....	247

CAPÍTULO 7

AGRONEGÓCIO PÓS-PANDEMIA: UTILIZAÇÃO DA BLOCKCHAIN COMO MECANISMO DE EFETIVAÇÃO DA SEGURANÇA DO ALIMENTO

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 08/04/2021

Rhaissa Souza Proto

UNISINOS- Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasília/DF
<http://lattes.cnpq.br/1329880888234389>

Arthur Pinheiro Basan

FESURV- Universidade de Rio Verde (UniRV)
Rio Verde/GO
<http://lattes.cnpq.br/4850017475627187>

Maria Fernanda Telles Algeri

UNISINOS- Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Rio Verde/GO
<http://lattes.cnpq.br/5572726205792904>

RESUMO: As cadeias produtivas do agronegócio estão sendo afetadas de maneira diferenciadas com as mazelas provocadas e que ainda surgirão pela pandemia originada pelo COVID-19. Haverá alguns desafios a serem enfrentados no cenário pós-pandemia e para um bom planejamento agrícola, imperioso se faz estudar as tendências dos mercados. Uma delas é a necessidade de transmitir ao consumidor final a segurança do alimento, característica essa principal da tecnologia blockchain que possibilita o rastreamento de toda a cadeia integrada. Buscando, nesse contexto, evitar risco de reputação, gerando assim uma otimização da administração com disparidade na concorrência

com pessoas do mesmo segmento.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio; COVID-19; Blockchain; Segurança; Alimento

AGRIBUSINESS POST-PANDEMIC: USING BLOCKCHAIN AS A MEANS OF EFFECTIVE FOOD SAFETY

ABSTRACT: The agribusiness production chains are being affected in a different way with the ills caused and which will still arise due to the pandemic caused by COVID-19. There'll be some challenges to be faced in the post-pandemic scenario and for good agricultural planning, it's imperative to study the trends on markets. One of them is the need transmit food safety to the final consumer, which through the use of blockchain technology makes it possible to track the entire integrated chain. In this context, avoid reputation risk, thus generating management optimization with disparity in competition with people in the same segment.

KEYWORDS: Agribusiness; COVID-19; Blockchain; Safety; Food.

1 | INTRODUÇÃO

Com o reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de pandemia instalada, desde março de 2020, em decorrência da infecção humana pelo coronavírus (Sars-Cov-2), popularmente designado como novo coronavírus, passou-se a viver um momento totalmente diferente jamais imaginado por muitos. Momento desafiador que acarretou

inúmeras preocupações e novos desafios.

Partindo do ponto da agricultura, no atual momento, o Brasil teve uma produção excelente, recorde, conforme apontado nas perspectivas para a agropecuária- safra 2020/2021 - Edição Grãos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Houve algumas descontinuidades em algumas cadeias, alguns impactos nos segmentos da oferta, da demanda, nos custos e nas receitas, mas que não impediram a continuidade do negócio.

Dentre elas uma das maiores preocupações se dá pela grande crise de sanidade humana e animal, crise em que se pensa na segurança mundial do alimento e pensa-se muito nessa consistência de controle sanitário aqui no Brasil. Destaca-se de passagem que ao pensar em segurança do alimento refere-se ao fato de que o produto precisa sair saudável e dar para a população, independentemente do local de compra, seja no supermercado ou na feira livre, a garantia de que o produto é seguro. E já a segurança alimentar se refere com a disponibilidade e acesso ao alimento.

Por excelência e essencialmente, o momento que nos circunda traz a necessidade de enxergar pós crise. O mundo será diferente no novo cenário, muitos conceitos antes utilizados serão deixados, muito do que se fazia antes virá com grandes mudanças, isso porque os vestígios de destruição que a crise sanitária causada pelo coronavírus deixará, trará consigo sérios rastros tanto na esfera econômica, social e política, o que demandará novas atitudes para manter e otimizar a evolução que o Brasil estava tomando no segmento do agronegócio e se há a necessidade de inovar rapidamente, precisa-se entender os riscos advindos dessa situação.

E aqui surge uma grande tendência para um cenário pós pandemia no segmento do agronegócio: debater a necessidade de transparência ao consumidor final ou a qualquer interessado referente as informações do alimento em todo seu caminho perscrutado, desde a sua pesquisa em laboratório, plantação, processamento até a chegada do produto ao consumidor final.

E diante de toda a gama de relacionamentos que o agronegócio proporciona, a melhor maneira de se demonstrar transparência e segurança do alimento é através do uso de tecnologia de rastreabilidade do caminho percorrido pelo alimento. A tecnologia pode ser ao produtor, a indústria e ao comércio a válvula motriz como meio de utilização de novas ferramentas de gestão, inovação, gerenciamento de riscos com a finalidade de garantir a sua imagem reputacional perante terceiros, proporcionar a redução de custos, oportunizar melhoria na produtividade, além de assegurar disparidade na concorrência.

É nesse cenário pandêmico que se buscou uma maior informatização, ao adaptar-se às exigências que irão surgir, possibilitando um maior ganho reputacional e outros benefícios embutidos, possibilidade de obter dados que envolvem terceiros da cadeia e proporcionar uma segurança ao consumidor final, bem como agilidade de tratamento no caso de erros identificados.

Por isso, a presente pesquisa pretende investigar e tem como ponto chave demonstrar

que a rastreabilidade é o mecanismo que propicia esse controle entre diversos participantes da cadeia do agronegócio como um todo. Tendo como hipótese de trabalho empresas de grandes reputações que já se utilizam desse mecanismo. Para isso, inicialmente é preciso ter uma noção sobre o que representa a rastreabilidade no agronegócio.

21 AGRONEGÓCIO E A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO DO SEGMENTO

No agronegócio, conforme dados apresentados pela *PricewaterhouseCoopers Brasil* (PwC)¹ (2020) há a atuação conjunta de cadeias e segmentos, porém de maneiras distintas. Inicia-se desde os insumos agrícolas “antes da porteira”, posteriormente a agricultura e pecuária “dentro da porteira”, levando a indústria “depois da porteira”, até se chegar no consumidor final. (MORAES, MALVESTIO, 2020). Sendo assim, a cadeia do agronegócio inaugura desde o laboratório na pesquisa e desenvolvimento, posteriormente entra-se na parte do insumo (tudo o que os produtores necessitam para fazer melhor uso do solo- aqui entra máquinas e acabamentos, sementes, agroquímicos), depois entra-se no pós-porteira com a mecanização dos processos na lavoura, que vem seguido do pós-colheita, indústria de alimentos e por fim, a parte de serviços. Há cadeias que vão desde frigoríficos, exportadores até empresas internacionais, transformando produtos e alimentos em mercado.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em uma projeção no estudo “Perspectiva Agrícola da OCDE-FAO 2018-2027” apresenta que a produção agrícola mundial em 10 (dez) anos crescerá em 20% (vinte por cento). Como terceiro maior exportador de produtos agrícolas, o Brasil dispõe de um papel importante no atendimento a essa requisição e, uma das maneiras de otimização dessa produção é a utilização de tecnologia, a qual tem um importante papel nessa revolução (OECD/FAO 2018)

Uma das maneiras de auxílio para o crescimento no segmento é através da rastreabilidade, mecanismo este que propicia, de um modo geral, o controle entre os diversos participantes de uma cadeia de suprimentos e, em termos objetivos serve tanto como um mecanismo de vigilância da segurança quanto do controle da qualidade dos alimentos, conectando, por exemplo, produtores, processadores aos consumidores e assim lograr a transparência das transações de um segmento ao outro para estimular a confiança deste último. Essa rastreabilidade torna possível a integração da vigilância com o monitoramento da segurança do alimento por meio do fornecimento de dados substanciais para se avaliar o risco, convertendo cada vez mais em uma atividade obrigatória (AUNG, 2014).

Além disso, no caso de rastreamento alimentos alcança-se a satisfação dos

¹ A PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda (PwC) é um Network de firmas presente em 157 territórios, com mais de 276 mil profissionais dedicados à prestação de serviços em auditoria e asseguração, consultoria tributária e societária, consultoria de negócios e assessoria em transações.

clientes, que passam a ter mais confiança em toda a cadeia de produção. O consumidor atual se preocupa com longevidade, saúde, nutrição e para isso busca identificar a origem do alimento por ele ingerido, sendo que o atual cenário de pandemia avivou ainda mais essa característica. Na atualidade, estes indivíduos procuram por informações do alimento (origem, como se dá o processamento, diferenciais, critérios ambientais, história, questões trabalhistas, métodos de certificações e etc.) e após a pandemia essa propensão tende a crescer.

Ainda estamos entrando nessa onda disruptiva, que é a Revolução Digital aplicada na agricultura, e seus frutos, apesar de incerto, ainda serão vislumbrados nos próximos anos, já que algumas práticas já começam a tomar forma e direciona para um futuro competente da agricultura. Nesse cenário desafiador diante das mazelas que serão deixadas pela pandemia instalada pelo COVID-19 surgiu uma grande mudança (propensa a se tornar exigência) especialmente ligada à tecnologia da informação: criar uma plataforma de dados capaz de interligar as informações dos diferentes agentes da cadeia de produção de um alimento, o qual deve ser auditável, confiável e transparente, quaisquer informações essas que sejam referentes aos produtos para serem acessados por consumidores tanto no Brasil, como em qualquer parte do mundo.

Diante disso, as empresas inserem informações sobre seus processos e regulamentos, dados sobre relacionamento com seus associados, lançam materiais sobre lotes recebidos, classificam o produto concebendo assim uma mercadoria diferenciada e certificada. E a tecnologia do *blockchain* pode contribuir com essa mitigação de riscos, relacionado ao dano da reputação e que, com a ajuda deste mecanismo se tornará possível a rastreabilidade de caminhos perscrutados dos alimentos/produtos, a fim de se ter a transparência e segurança da qualidade final deste. É notório que o aumento da aplicação de tecnologia no segmento do agronegócio, em todos as cadeias de produção por meio dos movimentos de certificação e verificação, propiciará a especialização da produção com grande destaque aos avanços dos processos pós-colheita.

Porém, diga-se de passagem, que com a crescente demanda nacional pela ampliação da produção agrícola que conforme dados disponibilizados pelo IBGE (2020) a estimativa foi aumentada mais uma vez no mês de agosto, a busca por novas tecnologias capazes de influenciar em uma produção mais otimizada e sustentáveis é imperioso, levando ainda em consideração que a preocupação da população sobre o que está ingerindo é cada vez maior, o que constata a imprescindibilidade de dedicar-se à importância da qualidade dos produtos e da própria produção em si.

2.1 Utilização do *blockchain* no agronegócio e a sua ligação com a necessidade de transparência da segurança dos alimentos em toda a cadeia

Blockchain - inicialmente chamado de *block chain* – consiste em uma tecnologia de banco de dados distribuído que possibilita assegurar uma lista crescente de registros,

denominados de blocos, em que cada um destes traz consigo a informação de data e hora que foram gerados e um link que aponta para o bloco anterior. A referida tecnologia é especificamente administrada por uma rede cliente-a-cliente (*peer-to-peer*), que coletivamente utilizam de um mecanismo de protocolo específico para validar os novos blocos que vão surgindo. (ANTONOPOULOS, 2010). A tecnologia de *Blockchain*, é uma espécie de livro-caixa em que é possível registrar diversos tipos de informações, como por exemplo, transações financeiras, contratos e certificados. Devido essas informações serem espalhadas em vários computadores garante a transparência das transações, a confiabilidade, a segurança e celeridade na troca de dados. (UNDERWOOD, 2016).

Segundo Diniz (2017), cada nova transação gera um bloco de transações que reúne as informações das anteriores, criando um novo bloco de operações e um novo carimbo, registrando esta nova transação e as anteriormente realizadas. Para Orcutt (2018), o que torna essa cadeia inviolável é a impressão digital única que cada um desses blocos possui, denominada *hash*, cada novo bloco inclui o *hash* exclusivo do bloco anterior, servindo como link no *blockchain*. E sobre o funcionamento das transações nessas redes, Denny, Paulo e Castro (2017,p.132) explicam que:

as transações usando essa tecnologia são verificáveis por meio de um uso de criptografia de chave pública. Cada usuário possui duas "chaves", uma privada, secreta, como uma senha pessoal e intransferível, e outra pública, que pode ser compartilhada com todos e identifica as transações realizadas por esse determinado usuário. Além disso, nas chaves públicas, qualquer um pode verificar que a transação foi de fato assinada com uma chave privada, sendo, portanto, uma troca autêntica que passa a ser registrada de forma perene, identificada com data e hora e divulgada no banco de dados que arquiva todos os registros de transações feitas, como se fosse um grande um livro-razão, chamado de *blockchain*.

Os avanços em genética, a nanotecnologia, a robótica, a automação, a internet das coisas, a inteligência artificial (IA), os sistemas de inteligência coletiva, a hiperconectividade, e a realidade aumentada, assentado com a diminuição dos custos de implementação de novas tecnologias na produção, estão transformando o sistema por inteiro, bem como o gerenciamento e governança. (BMI Research, 2018). Essa inovação que sustenta o crescimento da produção agrícola, será fundamental para enfrentar o desafio de garantir a segurança alimentar do futuro, em que há uma conjectura de que os principais avanços venham das novas tecnologias de automação e robótica, das tecnologias que surgirão empregadas no melhoramento vegetal e animal, hiperconectividade, da melhor compreensão da relação alimentos-consumo-saúde humana e das ferramentas mais avançadas de gestão de recursos. (LANGRIDGE, 2018). Como fruto de uma década de pesquisas sobre a tecnologia *blockchain*, surgiram inúmeras aplicações, dentre elas a possibilidade de ser utilizada no registro e validação das transações, inclusive rastreamento.

O setor do Agronegócio, que compreende atividades primárias, de processamento e de distribuição de alimentos/produtos, é um dos pilares da economia brasileira e para

que haja um crescimento de produtividade do setor necessário se faz a ampliação de investimentos em tecnologia, em todas as fases da cadeia de produção, atentando-se os limites de utilização de tais dados. O aumento da produtividade no setor está diretamente ligado com as análises e necessidade de aplicação de inovações tecnológicas no segmento agrícola.

E neste contexto surge as certificações socioambientais cujo propósito era apresentar soluções aos consumidores que questionassem o caminho que os alimentos ofertados em diversos pontos de venda percorreram para chegar até a disponibilidade do mesmo. Além disso, esses selos buscam garantir o cumprimento de boas práticas de produção, do aspecto social até o ambiental. Por exemplo, atestando que não houve condições insalubres aos trabalhadores na produção.

A tecnologia *blockchain* aparece com potencial de solucionar alguns desses problemas. Esta plataforma que precipuamente atendia apenas a moeda virtual se torna uma grande aliada no agronegócio, que por se modificar em uma tecnologia de registro as informações ali inseridas ficam acessíveis à terceiros para verificação, o que demonstra além da possibilidade de rastreabilidade, a transparência gerando maior confiança, além disso os dados e transações são perpetuados por uma rede de computadores sem a necessidade de intervenção de uma autoridade central, mas que o seu próprio banco de dados não permite realizar alterações, sendo praticamente à prova de violações, se tornam imutáveis.

É nesse contexto, que assevera a ligação entre a tendência pós-pandemia de certificação de distribuição de alimentos seguros com a utilização da tecnologia *blockchain* almejando a transparência à todos os interessados da rede das fases de processamento do alimento/produto. Sob essa perspectiva Sá et al. (2020, pg. 3) traz que “Normas e padrões sanitários, estrutura adequada de refrigeração ao longo da cadeia, e tecnologia de rastreabilidade são essenciais para minimizar riscos e manter a qualidade e sanidade de alimentos perecíveis, como as carnes”. Pieratti (2020, n.p), no mesmo sentido, exprime essa necessidade de distribuição de alimentos seguros na atualidade e que o meio de sua solidificação se dá pela rastreabilidade:

[...]Sem qualquer precedente na história recente, hoje a premissa de distribuir alimentos seguros e em qualquer lugar se mostra fundamental, sendo importante contar com uma cadeia integrada [...]. Sobre este aspecto, cabe ressaltar a importância da rastreabilidade e dos códigos únicos de identificação aplicados às embalagens. Em uma ponta, eles garantem o controle de qualidade dentro da indústria, enquanto, sob a perspectiva do consumidor, permitem o acesso a informações claras e precisas sobre a fabricação daquele produto e sobre matérias-primas utilizadas em sua produção.

Os aplicativos de agricultura digital são planejados para unir informações específicas a respeito da ação dos agricultores, do local de onde as áreas produtivas estão localizadas,

o resultado alcançado pela plantação/produção. Essas análises de dados são valiosos para outros envolvidos ao longo da cadeia de valor e esse aumento imperturbável no acesso a redes de comunicação representa uma oportunidade para mudança da forma de processamento e de coleta dos dados necessários para o desenvolvimento do setor do agronegócio. (HUANG; BROWN, 2018).

É certo que a rastreabilidade possibilita o compartilhamento de todo o percurso do alimento, em todas as suas fases da cadeia que galgou desde o plantio/produção até a chegada ao consumidor final e que atualmente é uma realidade do mercado, mas que passará a ser mais vislumbrado e exigido no cenário pós-pandemia já que se trata de uma das tendências da conjuntura de maior evidência. A proposta de rastreabilidade operando com a tecnologia *blockchain* é que permite que todos os participantes da cadeia de suprimentos, desde a plantação do grão até o último estágio, possam inserir informações na rede de maneira identificada e auditável por quem possuir interesse, gerando confiança adicional ao processo e a empresa. Acrescenta ainda que a *blockchain* aplicada à rastreabilidade é magnificente para todos os elos da cadeia produtiva enfatizando para o consumidor que é quem está mais frequente na busca de informações sobre a origem e processamento dos alimentos que consome. (PARAPISSU, 2018).

As aplicações da varejista Wal-Mart adotou para as transações a rastreabilidade de carne de porco na China e de manga nos Estados Unidos da América, que após constantes casos de contaminação que impactaram a saúde dos consumidores e resultou na baixa da confiabilidade na gestão da cadeia de suprimentos da indústria de alimentos; decidiu aderir ao mecanismo, por se tratar de informações permanentes armazenadas como certificados eletrônicos, em que foram registradas informações de auditorias realizadas, tratamentos agrícolas, fabricantes, entre outros, tudo em tempo atual. (KAMATH, 2008).

De acordo com Sá et al. (2020, pg. 03) “[...] o foco voltar-se-á a padrões de segurança e sanidade do alimento, de modo a se garantir que novos problemas sanitários com características similares não venham a se repetir”. Toda e qualquer ação da empresa tem que imbuir-se de o objetivo final ser a integridade do produto/serviço e das relações comerciais e, para isso, deve prezar pela confiabilidade, qualidade dos produtos e atividades prestadas, devendo as informações relacionadas aos produtos coletadas, serem registrados em controles específicos. (ABRA, 2017).

Através do uso do *blockchain*, as empresas de alimentos podem rastrear surtos de forma muito mais rápida para fontes específicas, o que auxilia a aumentar a segurança do consumidor sobre os produtos consumidos, limitando, ainda, as perdas financeiras, já que apenas os produtos diretamente afetados precisariam ser retirados do mercado. (COMO..., 2017). Isso se dá pelo fato de que empresas de alimentos podem anexar tags²

² De acordo com Demarzo (2017), tag são etiquetas virtuais cuja destinação é para a obtenção de informações. Essas tags podem ser chamadas de várias maneiras e com diversidade de tipos de marcadores. Tais etiquetas facilitam a buscas dentro da Big Data, dados disponíveis nas chamadas nuvens.

de Internet das coisas conectadas a remessas e em cada uma atribui-se um número de identificação exclusiva. Esses IDs serão vinculados às origens dos produtos, dados de seu processamento, as temperaturas submetidas no seu armazenamento, validade do alimento/produto e outras informações. Em cada fase da cadeia de suprimentos, os responsáveis podem fazer a anotação do produto usando seu número de identificação e o *blockchain* certificará o rastreo do produto com segurança ao longo do tempo nos pontos de verificação. (COMO..., 2017).

O processo se torna rastreável e transparente ao colocar uma cadeia de suprimentos no *blockchain*, pois cada nó nesse sistema pode representar uma entidade/empresa que participou do caminho perscrutado pela comida até a loja, tornando, ainda, em caso de ocorrência de um empresa vender um suprimento infectado para um local específico, desvendar com maior precisão a ocorrência, de uma forma muito mais fácil e célere que pode fazer com que produtos com problemas sejam tirados das prateleiras antes mesmo de serem comprados. (MILLER, 2018).

Pela a confluência de ameaças e desafios enfrentados, a demanda é crescente de alimentos em quantidade e qualidade, necessitando da demonstração de transparência quanto às suas fases de processamento, o qual há a probabilidade de efetivação pelo mecanismo através do *blockchain*. Pelo fato da indústria alimentícia ser repleta de intermediários, com cadeias longas, diversas empresas do segmento alimentício têm avaliado o uso do *blockchain* para criação de um sistema de rastreabilidade de alimentos. A tecnologia permitiria saber a procedência exata de alimentos e, mais do que isso, possibilitaria ter o controle de cada etapa de seu armazenamento e transporte, garantindo as condições ideais de temperatura e higiene.

Quando da ocorrência de necessidade de busca por erro realizado por algum das cadeias de produção essa tecnologia também facilita a rápida descoberta e a atitude ágil para retirada do mercado, visando mitigar os riscos de reputação. Nesse cenário cumpre trazer que antes da Walmart implementar o processo para o *blockchain*, normalmente demorava cerca de 7 (sete) dias para rastrear a origem do alimento que deve ser retirado do mercado. Com o *blockchain*, foi reduzido para 2,2 segundos. Isso reduz substancialmente a probabilidade de que alimentos infectados cheguem ao consumidor. (MILLER, 2018).

O acesso aos dados (como local e data de produção, embalagem e transporte) pode ser realizado de maneira simples pelo consumidor. Em questão de segundos através de aparelho eletrônico, o usuário ao acessar a tag, escanear um QR Code ou acessar o número de rastreabilidade na embalagem, poderá obter todas as informações pertinentes. Essa ação faz com que aumente a confiabilidade de toda a cadeia e o seu impacto propicia além da segurança, ganho em eficiência, agilidade e redução de custos operacionais.

A pandemia causada pelo COVID-19 destacou lacunas e fraquezas críticas nas cadeias de abastecimentos globais e a grande aliada no cenário pós- crise é a utilização do *blockchain* para oferecer oportunidades aumentando a transparência e confiança

depositada por terceiros, a qual deve ser implementada de forma responsável e holística.

31 CASOS DE APLICAÇÃO DO SISTEMA DE *BLOCKCHAIN* POR PARTICIPANTES DA CADEIA DO AGRONEGÓCIO E DEMONSTRAÇÃO DE VANTAGENS COM ÊNFASE NAS TENDÊNCIAS PÓS-PANDEMIA

Atualmente, diante do cenário de pandemia que encontra-se em enfrentamento, destacamos, ainda mais, a importância da segurança dos alimentos (que difere-se de segurança alimentar). Para isso, evidencia-se alguns casos de empresas que atuam com o segmento do agronegócio que aderiram à aderência da utilização do sistema de *blockchain* demonstrando o caminho perscrutado pelo alimento, passando por todas as cadeias, até chegar ao consumidor final.

Outra empresa que segue esse protótipo é a Brasil Foods (BRF), a qual garante em seu sítio eletrônico³ que para acompanhamento do alimento pelo consumidor final se dê de forma concreta, utiliza-se a sinergia de diferentes tecnologias, como os Sistemas Inteligentes de Armazenamento (*Warehouse Management System – WMS*), sensores de temperaturas no transporte e armazenamento e a integração com sistemas avançados de rastreamento de informações, que é o caso difundido no presente estudo. Juntamente com a rede varejista Carrefour elas se uniram à IBM Brasil⁴ para desenvolver o projeto “*Food Tracking*”, o qual propõe-se a rastrear os produtos por meio da tecnologia de *blockchain*. O intuito da implementação do mecanismo foi no sentido de informar de maneira objetiva e simples ao consumidor, a dimanação dos alimentos, desde a parte produtiva até a logística. (IBM, 2017).

Similarmente, há casos de aplicação divulgados na gestão de cadeias no varejo brasileiro, que é o da Leroy Merlin, que em um viés distinto do segmento alimentício, expressou a intenção em utilizar *blockchain* para ajudar na integração de toda a cadeia de madeira, propenso a rastrear e certificar os produtos, desde o processamento do corte da madeira, posteriormente na indústria, dos processos artesanais até a entrega efetiva ao cliente. (ABRALOG, 2018c).

As grandes corporações que trabalham com carne pararam de comprar dos produtores que operavam na região amazônica, pelo fato de que os bois comprados e ali criados eram vistos como atrelados ao desmatamento, mesmo sem ter certeza de que havia mesmo relação entre as duas atividades. E como solução para esse problema se deu a observação remota e digital do território de criação do animal para certificar que não houve práticas negativas socioambientais, como desmatamento ou trabalho escravo. (MARCOLIN, VASCONCELOS, 2018).

No cenário pós pandemia, apesar que incerto, estudos revelam que a tendência de atitudes, no segmento da produção de alimentos em todas as cadeias de produção,

³ <https://www.brf-global.com/sobre/qualidade/rastreabilidade/>

⁴ IBM – Indústria, Máquinas e Serviços LTDA.

direcionará para maior transparência dos caminhos perscrutados pelos alimentos. Inobstante, há, naturalmente, até que a *blockchain* possa ser colocada em prática, lacunas a serem preenchidas nesse sentido, talvez a dificuldade se dê pela complexidade diante do fato que a maior parte da produção nacional vem de pequenos produtores rurais e que em muitas ocasiões não conseguem se adequar às normas exigidas exclusivamente por questões de cunho financeiro.

Porém, a eficiência da aplicação do *blockchain* se dá justamente nesse sentido de prevenção, já que com a impossibilidade de mudanças de informações lançadas na cadeia, não haverá a possibilidade de alterar algum dado já difundido, havendo a transparência, em caso de ocorrência de riscos, de quem foi o real responsável pela fraude, erro ou qualquer ação que diminua a reputação do empresário/empresa.

Assim, vislumbra-se que o *blockchain* é uma importante tecnologia da Internet e possui apelo global. Qualquer nação que abraça esta tecnologia terá uma vantagem competitiva. Indústria (por meio da inovação) bem como o governo (através de política calculada de supervisão, pelo fato de ser promotor de padrões comuns a serem seguidos) têm a responsabilidade de investir nesta tecnologia potencialmente revolucionária para gestão de confiança em nossa economia digital. (SHYAMASUNDAR, PATIL, 2018).

4 | CONCLUSÃO

Ainda não é possível falar em qual momento exato ocorrerá a pós-pandemia e em decorrência nem a sua dimensão dos rastros que serão deixados na economia. Contudo, já se vislumbra inúmeras mazelas deixadas e que ainda surgirão no Brasil e no mundo, sendo necessário um maior rigor quanto ao combate destas visando atender as tendências de mudanças a poderão ser concretizadas.

A tendência pós pandemia de COVID-19 no agronegócio é demonstrar a segurança dos alimentos, já que exigirá que toda a cadeia produtiva, desde a produção até a chegada ao consumidor final, atenda aos protocolos de higiene das autoridades sanitárias, demonstrando transparência em toda a corrente. Para isso, a tecnologia é uma grande aliada no setor do agronegócio, que através do *blockchain*, por exemplo, poderá propiciar a fiscalização do produto desde a sua plantação até a chegada ao consumidor final, com todas as informações devidamente certificadas e de impossível alteração, alcançando o objetivo almejado de dar transparência e segurança da sanidade do alimento a todos interessados.

O reconhecimento do mercado e do público é uma das consequências positivas da implementação dessa tecnologia, cuja recompensa é a sustentabilidade dos negócios e privilégios entre concorrentes. Aumentando seu potencial competitivo as empresas do setor do agronegócio avançam com mais força e disparidade no mercado, auxiliando o desenvolvimento de toda a cadeia, valorizando todo o setor nacional.

A princípio, para o consumidor, as certificações da segurança do alimento parecem apenas uma boa forma de garantir que os produtos que ele está obtendo, que passaram por processos produtivos que tiveram menor impacto ambiental, podendo ser considerado sustentáveis, aparentam ser empresas que respeitaram a lei, mas o benefícios vão além, pois os produtos certificados possuem maior valor agregado, disparidade no mercado e a certificação passa a ser crucial para o acesso a mercados exigentes, como a Comunidade Europeia.

REFERÊNCIAS

ABRA. Associação Brasileira de Reciclagem Animal. **Código de Conduta Empresarial/ Compliance para o setor de Reciclagem de animal**. Publicado em jan de 2017. Disponível em <<https://abra.ind.br/wp-content/uploads/2018/06/C%C3%B3digo-de-Conduta-Empresarial.pdf>>. Acesso em: 29 ago de 2020.

ABRALOGC. Associação Brasileira de Logística. Cultura da inovação essencial para a Logística. Publicado em: 16 out 2018. Disponível em: <<https://www.abralog.com.br/noticias/cultura-da-inovacao-essencial-para-a-logistica/>>. Acesso em: 31 ago de 2020.

ANTONOPOULOS, Andreas M. **Mastering Bitcoin**. O'Reilly, 2010.

AQUINO, Magali. **Adoção de blockchain na gestão de cadeias de suprimentos do Brasil** / Magali Aquino. - 2019. 86 f.

AUNG, M. M. e Chang, Y. S. (2014). **Traceability in a food supply chain: Safety and quality perspectives**. *Food control*, 39, 172-184. Disponível em < <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0956713513005811>>. Acesso em 19 de ago de 2020.

BMI RESEARCH. **Towards 2050**: megatrends in industry, politics and the global economy. London, 2018. Disponível em: <<https://www.marketresearch.com/Business-Monitor-International-v304/Towards-Megatrends-Politics-Global-Economy-11597417/>> . Acesso em: 18 de ago de 2020.

BRASIL. PORTARIA Nº 877, DE 6 DE JUNHO DE 2018. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 maio. 2018. Disponível em < https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21011070/do1-2018-06-08-portaria-n-877-de-6-de-junho-de-2018-21011042>. Acesso em 27 ago de 2020.

CARNEIRO, Cláudio. **Compliance em tempos de pós-covid-19**. Publicado em 08 de junho de 2020. Disponível em< <https://www.editorajc.com.br/18814-2/>> Acessado em 22 de ago de 2020.

CASTRO, Rodrigo P. **A due diligence: Instrumento de compliance à serviço da Governança e da Segurança jurídica nas relações empresariais em PPP's**. Disponível em: <https://www.cafecompliance.com.br/?area=artigo&c=819280cbb9e37d853ccaa9f3632cf1b8>. Acesso em 19 ago de 2020.

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada [CEPEA] (2020). Especial Coronavírus e o Agronegócio. v. 1. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/ documentos/texto/especial-coronavirus-e-o-agronegocio-volume-1.aspx> . Acessado em: 30/04/2020.

COIMBRA, Marcelo de Aguiar; MANZI, Vanessa Alessi (Orgs.). **Manual de Compliance: preservando a boa governança e a integridade das organizações**. São Paulo: Atlas, 2010, p. 2.

COMO a Blockchain pode transformar a segurança alimentar. Disponível em: <https://www.cbinsights.com/research/blockchain-grocery-supply-chain/>. Acesso em 05 set. 2020.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Perspectivas para a Agropecuária- Volume 8 - Safra 2020/2021 - Edição Grãos**. Disponível em < <https://www.conab.gov.br/institucional/publicacoes/perspectivas-para-a-agropecuaria>>. Acesso em 8 set 2020.

DEMARZO, Mário Sérgio. **Internet das coisas: considerações acerca de consequências para o planejamento urbano e políticas públicas**. Disponível em < <https://uniara.com.br/arquivos/file/ eventos/2017/seppu/anais/demarzo.pdf>>. Acesso em 20 set 2020.

DENNY, Danielle Mendes Thame; PAULO, Roberto Ferreira; CASTRO, Douglas de. **Blockchain e Agenda 2030**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017.

DINIZ, Eduardo H. **Emerge uma nova tecnologia disruptiva**. GV Executivo, São Paulo, p. 5, 2017. Disponível em: . Acesso em: 15 agosto. 2020.

HUANG, Y.; BROWN, M. E. Advancing to the next generation of precision agriculture. In: SERRAJ, R.; PINGALI, P. (Ed.). **Agriculture & Food Systems to 2050: global trends, challenges and opportunities**. New Jersey: World Scientific Publishing, 2018. p. 285-314. (World scientific series in grand public policy challenges of the 21st century, v. 2). Disponível em < <http://agribusinessdata.com/wp-content/uploads/2018/12/Agriculture-Food-Systems-to-2050.pdf>>. Acesso em 17 de ago de 2020.

IBGE. **Estimativa de agosto prevê safra recorde de 251,7 milhões de toneladas em 2020**. Disponível em < [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28839-estimativa-de-agosto-preve-safra-recorde-de-251-7-milhoes-de-toneladas-em-2020#:~:text=A%20estimativa%20para%20a%20safra,hoje%20\(10\)%20pelo%20IBGE](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28839-estimativa-de-agosto-preve-safra-recorde-de-251-7-milhoes-de-toneladas-em-2020#:~:text=A%20estimativa%20para%20a%20safra,hoje%20(10)%20pelo%20IBGE)>. Acesso em 11 set 2020.

IBM. IBM Press Release. **BRF e Carrefour se unem á IBM para reforçar a rastreabilidade dos alimentos**. Publicado em: 9 nov 2017. Disponível em: <https://www.ibm.com/blogs/ibm-comunica/rastreabilidade-de-alimentos/#:~:text=BRF%20e%20Carrefour%20se%20unem%20%C3%A0%20IBM%20para%20refor%C3%A7ar%20a%20rastreabilidade%20de%20alimentos,-9%20de%20 novembro&text=A%20BRF%2C%20uma%20das%20maiores,meio%20da%20tecnologia%20de%20 blockchain>. Acesso em: 30 ago.2020

KAMATH, Reshma. **Food traceability on blockchain: Walmart's pork and mango pilots with IBM**. The JBBA, v. 1, n. 1, p. 3712, 2018. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/326188675_Food_Traceability_on_Blockchain_Walmart's_Pork_and_Mango_Pilots_with_IBM>. Acesso em 29 de ago de 2020.

KPMG. **Agro + Integridade Selo Agro: Integridade Empresas do Agronegócio**. KPMG Consultoria Ltda, 2017. Disponível em https://www.legiscompliance.com.br/images/pdf/br_selo_agro_integridade.pdf. Acesso em 20 de ago de 2020.

LANGRIDGE, P. Innovation in breeding and biotechnology. In: SERRAJ, R.; PINGALI, P. (Ed.). **Agriculture & Food Systems to 2050: global trends, challenges and opportunities**. New Jersey: World Scientific Publishing, 2018. p. 245-284. (World scientific series in grand public policy challenges of the 21st century, v. 2). Disponível em < <http://agribusinessdata.com/wp-content/uploads/2018/12/Agriculture-Food-Systems-to-2050.pdf>>. Acesso em 17 de ago de 2020.

MAPA (2020) **A Pandemia de Covid-19 e As Perspectivas para o Setor Agrícola Brasileiro no Comércio Internacional**. Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Comércio e Relações Internacionais. Brasília, Maio, 2020.

MARCOLIN, Neldson; VASCONCELOS, Yuri. **Agricultura Digital**. Revista. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/2018/07/19/folheie-a-edicao-269/>> Acesso em 03 set. 2020.

MILLER, Ron. **Walmart aposta no blockchain para melhorar a segurança alimentar**. Disponível em: <https://techcrunch.com/2018/09/24/walmart-is-betting-on-the-blockchain-to-improve-food-safety/>. Acesso em 05 set. 2020.

MORAES, Maurício; MALVESTIO, Ana. Covid-19: Impactos no Agronegócio no Brasil. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/estudos/setores-atividades/agribusiness/2020/impacto-covid19-agro-2020.pdf>. Acesso em 30 ago. 2020.

OECD/FAO (2018), OECD-FAO Agricultural Outlook 2018-2027, OECD Publishing, Paris/Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome. Disponível em <https://doi.org/10.1787/agr_outlook-2018-en>. Acesso em 20 set 2020.

ORCUTT, Mike. **How secure is blockchain really? - MIT Technology Review** MIT Technology Review. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.technologyreview.com/s/610836/how-secure-is-blockchain-really/>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

PARIPASSU, Livia Lima. **A tecnologia blockchain aplicada à rastreabilidade de alimentos**. Disponível em: <https://www.paripassu.com.br/blog/blockchain-rastreabilidade-de-alimentos/>>. Acesso em 25 de ago de 2020.

PIERATTI, Monica. **A indústria de alimentos e bebidas pós Covid-19**. Publicado em 27 de abril de 2020. Disponível em <<https://www.tetrapak.com/br/about/newsarchive/a-industria-de-alimentos-pos-covid19>>. Acesso em 23 de ago de 2020.

ROCHA JUNIOR, Francisco de Assis do Rego Monteiro; GIZZI, Guilherme Frederico Tobias de Bueno. **Fraudes corporativas e programas de compliance** [livro eletrônico]. Curitiba: Inter Saberes, 2018. p. 136.

SÁ, Camila Dias de; SOENDERGAARD, Niels; TRIGO, João de Souza; JANK Marcos Sawaya. **Impactos da covid-19 no agronegócio e o papel do brasil parte II: saúde única, zoonoses e segurança do alimento**. Texto para discussão - n.31 jun/2020. Insper - Centro de Agronegócio Global. Disponível em <<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/impactos-da-covid-19-nos-sistemas-agroalimentares-parte2V8.pdf>>. Acessado em 25 de ago de 2020.

SHYAMASUNDAR, R.K; PATIL, V.T. **Blockchain: The Revolution in Trust Management**. *Proc Indian Natn Sci Acad* 84 No. 2 June 2018 pp. 385-407. DOI: 10.16943/ptinsa/2018/49340. Disponível em: <http://insajournal.in/insaojs/index.php/proceedings/article/view/551>. Acesso em 02 set. 2020.

UNDERWOOD, Sarah. Blockchain Beyond Bitcoin. *Commun. ACM*, New York, NY, USA, v. 59, n. 11, p. 15–17, 2016. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/2994581>. Acesso em 14 ago.2020.

ZENKINER, Marcelo. O Microsistema Brasileiro de Prevenção e Combate à Corrupção. **Manual de Compliance: compliance mastermind vol. I/** Márcio El Kalay, Matheus Rodrigues Lourenço da Cunha- São Paulo: LEC- Legal, Etichs and Compliance, 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agências reguladoras 27, 162, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 229, 233, 234, 238

Agronegócio 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85

C

CLT 34, 35, 40, 41, 42, 43, 45, 103, 104, 105, 106, 110, 112, 113, 114, 133, 137, 138, 139

Coronavírus 5, 6, 9, 11, 17, 26, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 70, 73, 74, 83, 120, 167

Covid-19 1, 5, 6, 9, 11, 14, 26, 28, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 46, 47, 58, 59, 66, 70, 71, 73, 76, 80, 82, 83, 85, 119

D

Direito 1, 4, 11, 16, 17, 18, 20, 21, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 66, 69, 70, 71, 72, 86, 98, 103, 114, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 166, 171, 172, 173, 174, 175, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 226, 233, 234, 237, 238, 241, 245, 246

Direito de imagem 31, 32, 34, 35, 36, 37

Direito do consumidor 69, 71, 155

Direito do trabalho 32, 35, 37, 38, 39, 40, 43, 47, 114, 122, 136, 137, 138, 141

Discricionariedade administrativa 188, 189, 192, 193, 199, 200, 201

Divórcio 48, 50, 51, 52, 55, 56, 66

Doença ocupacional 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47

E

Efetividade 50, 53, 129, 143, 177, 178, 180, 183, 185, 186, 241

J

Judicialização da política 1, 2, 3, 4, 6, 13, 14, 15, 16

M

Movimento antivacina 86, 87, 88, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101

P

Pandemia 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 52, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 65, 66,

67, 68, 70, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 119, 121, 122, 167

Poder normativo 52, 56, 220, 221, 223, 226, 229

Política 1, 2, 3, 4, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 61, 62, 74, 82, 89, 107, 109, 113, 114, 116, 121, 143, 150, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 201, 205, 206, 210, 217, 218, 230, 231, 236, 237

Políticas públicas 3, 7, 9, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 62, 67, 69, 70, 84, 122, 154, 180, 200, 215, 228, 234, 236, 246

Precarização 20, 115, 116, 118, 119, 121

Princípio da impessoalidade 203, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 218, 219

Publicidade infantil 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

R

Responsabilidade civil 124, 125, 126, 127, 135, 136, 138, 140, 141

S

Sindicato 106, 107, 109, 110, 111, 113, 114, 228

Sistema presidencialista 157, 158, 160, 161, 163, 164

Supremo Tribunal Federal 5, 15, 42, 47, 52, 124, 128, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 141, 158, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 171, 173, 174, 176, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 199, 206, 207, 214, 217, 220, 221, 233, 238

T

Terceirização 115, 118, 119, 122, 123

Tribunais 3, 4, 29, 38, 41, 49, 52, 71, 140, 141, 156, 165, 196, 218, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245

A (não) efetividade das ciências jurídicas no Brasil 5

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br



A (não) efetividade das ciências jurídicas no Brasil 5

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

